

A NAU BRASIL DE FERNANDO PESSOA: AUSÊNCIA E NEGAÇÃO

Claudia Chigres
UFF/FAPERJ

Apesar de todos os escritos pessoanos referentes ao grande valor da língua portuguesa promoverem a idéia de um império, de uma pátria de dimensões alargadas, que celebraria a divulgação da cultura lusitana mundo afora, as poucas referências ao Brasil, embora aparentemente positivas, mostram-se, na verdade, contraditórias.

De um lado, o Brasil contribuiria para a constituição do *Império português*, justamente por ser um país grande, crescente e cujo idioma primaria pela escrupulosa escolha gramatical e vocabular. Nesse sentido, é mencionado pelo heterônimo Thomas Crosse como um país de “forte corrente clássica” :

De facto, os melhores escritores brasileiros (excepto em casos como o do grande poeta Catullo Cearense, que dramatiza os seus poemas no patois do Sertão Brasileiro) são particularmente escrupulosos no uso do português e escrevem mais classicamente e mais próximo do modelo de Vieira do que os melhores escritores em Portugal. Também os jornais brasileiros são em geral escritos em melhor português do que os jornais portugueses que são a este respeito deploravelmente anti-nacionais. Quero dizer, o Português (usando a palavra num sentido suficientemente lato para incluir os brasileiros) mantém, mesmo em relação a isto, a sua tendência orgânica para a unidade e coesão. (Espólio de Fernando Pessoa, Envelope 143-10)

Contrapondo-se à *tendência orgânica para a unidade e coesão*, Pessoa parece, por outro lado, ignorar ou negar a ex-colônia portuguesa quando se trata menos de dimensões sonhadas, ou

a serem construídas simbolicamente, e sim de dados concretos, ou, como ele próprio denomina, sociológicos. Em carta encontrada em seu espólio, afirma:

As quartas e quintas perguntas mal posso responder. Elas referem-se ao Brazil, e do Brazil nada sei, nem sei se deva saber. Sociologicamente, não há Brazil. Há, por enquanto, um amalgama indifferenciado de raças varias subordinadas ao peccado original de fallarem portuguez. Mesmo quem saiba que o Brazil existe pode tirar de aqui a conclusão que literariamente elle não existe. Com isso fica prejudicada a pergunta que se segue. Não há interesse algum num intercambio intellectual com o Brazil, porquanto os intercambios intellectuais são em geral obra de pessoas de pouca intelligencia, e só servem para isso. (Espólio Fernando Pessoa Envelope 114-83/83^a; 86/86^a)

Essas considerações situam o Brasil como um país fora da civilização. Segundo a própria definição pessoana de civilização, “a coisa mais útil que a ficção real chamada um povo pode fazer é resistir a civilizar-se. (...) Ser civilizado é inventar reações artificiais, quer dizer civilizadas, contra a própria civilização”¹. Se não há um povo – apenas um amálgama indifferenciado de várias raças –, e se a língua portuguesa não passa de um acidente, o Brasil, portanto, não se apresenta com uma definição própria de um país. Sendo assim, não poderá apresentar vida intelectual e tampouco literatura.

Por mais que as definições de civilização não sejam positivas, elas são fundamentais, em Pessoa, para a existência da arte. Esta é encarada pelo poeta como uma força artificial capaz de contrapor os males da civilização. Somente com a inteligência da abstração e da imaginação as

¹ PESSOA, Fernando. A Influência da Engenharia nas Artes Nacionais. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 238.

sociedades podem resistir ao passado e ao presente e se apegarem a um futuro idealmente sonhado. O futuro do *Quinto Império*:

Quem, que seja português, pode viver a estreiteza de uma só personalidade, de uma só nação, de uma só fé? Que português verdadeiro pode, por exemplo, viver a estreiteza estéril do catolicismo? (...) Conquistamos já o Mar: resta que conquistemos o Céu, ficando a terra para os Outros, os eternamente Outros, os Outros de nascença, os europeus que não são europeus porque não são portugueses. Ser tudo, de todas maneiras, porque a verdade não pode estar em faltar ainda alguma cousa! Criemos assim o Paganismo Superior, o Politeísmo Supremo! Na eterna mentira de todos os deuses, só os deuses todos são verdade.²

Situado numa espécie de diacronia histórica e metafísica, o poeta alude a um futuro pagão, por mais paradoxal que isso possa parecer. Um futuro não propriamente de retorno ao passado, mas de superação deste por sua abolição. Ele tem consciência da tradição de seu país, mas não suporta ter de conviver com o peso de um passado que ainda vive. Permanecer é morrer, ele disse. Resta-lhe inventar uma forma de permanência que utilize os termos artificiais da civilização para negá-la e seguir em busca de uma felicidade para sempre adiada. O distanciamento dos males de saber-se demasiado civilizado exige, contudo, uma outra maneira de expressão. E é na distância, ou na memória, ou na imaginação que essa criação se fará, refundando seus paradigmas e inventando um mundo possível, no qual possa aliar a crítica da modernidade à construção de um novo mundo.

² PESSOA, Fernando. O Futuro de Portugal .*Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 334.

É, portanto, através do paganismo, que o poeta procura esquecer os emblemas do mundo moderno, para então edificar seu ideal. À sensação de perda e finitude, o poeta contrapõe a origem como recuperação da fissura instaurada pela modernidade. Recusando o fardo da racionalidade e da totalização, intensifica a rejeição à historicidade herdeira do positivismo do século XIX, e reivindica para o espaço poético o direito de inventar, através da criação artística, uma nova morfologia para o homem.

Essa relação que Pessoa mantém com o tempo, e também com a história, encaixa-se no que Friedrich Nietzsche denomina de os *contra-venenos* do historicismo. De acordo com o filósofo³, a história é própria do ser vivo por três razões: porque é ativo e ambicioso, porque tem prazer em conservar e venerar, e porque sofre e tem necessidade de libertação. A partir dessas considerações, Nietzsche estabelece um quadro levando em conta essa tripla relação, correspondendo às três formas da história, a saber – *História Monumental*, *História Tradicionalista*, e *História Crítica*.

No primeiro caso, a história interessa ao homem ativo e poderoso, “a quem entra num grande combate, a quem tem necessidade de modelos, de iniciadores, de consoladores que não consegue encontrar à sua volta, nem na época presente”⁴. Assim, esse homem, para levar adiante sua coragem, volta-se para trás – para o passado – como uma forma de interromper, por momentos, o seu caminho, já que precisa de fôlego para não sucumbir. Como não aceita resignar-se perante o que considera os males do presente, serve-se da história como um antídoto contra a resignação. Nas palavras de Nietzsche, esse homem

³ Friedrich Nietzsche. *Considerações intempestivas*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

⁴ *Ibidem*, p. 117.

A maior parte das vezes, só pode contar com a recompensa da glória, isto é, com o direito de ocupar um lugar de honra no templo da história, onde poderá servir de mestre, de consolador ou de advertência para a posteridade.⁵

Porém, alerta o filósofo:

Enquanto a história tal como é escrita tiver por centro os grandes impulsos que o homem poderoso dela tira, enquanto se apresentar o passado como digno de imitação, como imitável, enquanto se acreditar que pode repetir-se, a história estará em perigo de sofrer um ligeiro desvio, de ser embelezada e aproximada da livre criação poética. Há mesmo épocas que são incapazes de distinguir entre um passado monumental e uma ficção mítica, porque encontram em ambos idêntico estímulo.⁶

Pelo que se depreende da análise nietzscheana, a História Monumental seria muito mais apropriada a Camões do que a Pessoa, já que, de certa forma, retoma um momento crucial do passado – a viagem de Vasco da Gama às Índias – e, a partir dele, cria seu universo poético – *Os Lusíadas*. Em franca oposição a este modelo, Pessoa afirma: “E a nossa Raça partirá em busca de uma Índia nova, que não existe no espaço, (...) e o seu verdadeiro e supremo destino, de que a obra dos navegadores foi o obscuro e carnal anti-arremedo, realizar-se-á divinamente”.⁷ Voltando-se para um futuro divinamente concebido, o passado histórico é rechaçado do mapa literário no qual Pessoa insere sua assinatura. Para ele, a criação poética ainda está por vir, ainda espera sua gênese. E essa não englobará qualquer momento anteriormente vivido ou descrito, mas irá inaugurar um tempo novo, sob novas bases.

⁵ *Ibidem*, p. 118.

⁶ *Ibidem*, p. 120.

⁷ PESSOA, Fernando. A Nova Poesia Portuguesa no seu Aspecto Psicológico. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p.397.

Retomando o esquema nietzschiano, vejamos como se apresenta o segundo tipo, ou seja, a *História Tradicionalista*. Normalmente caracterizada pela figura do antiquarista – aquele que sabe conservar e venerar o passado – este tipo de história foi concebido como uma atividade essencialmente literária, mais preocupada com a narrativa do que com seu cunho crítico ou verificativo. Nesse sentido, as críticas de Nietzsche ao exagero desta postura dizem respeito à forma restrita com que encara o universo de sua experiência, bem como à veneração pura e simples do passado e, conseqüentemente, ao repúdio em relação às novas formas que surgem. Para ele, este tipo de sentido histórico, “longe de alimentar a vida, a mumifica”.⁸

Decorrência deste fato é que a *História Tradicionalista* pode se transformar num pedantismo rotineiro, girando em torno de seu próprio centro, sem atentar para as transformações ao seu redor. Enfim, o filósofo considera que este modelo

sabe conservar a vida, não sabe fazê-la nascer; é esse o motivo por que deprecia sempre a vida em transformação, porque não tem o instinto do devir, ao passo que a história monumental possui este instinto.⁹

O *Modo Crítico* de História é apresentado como aquele que promove tão somente um tribunal do passado, submetendo-o a um inquérito rigoroso, no qual é sempre condenado. Segundo ressalta,

Para definir o grau e fixar o limite em que é absolutamente necessário esquecer o passado, sob pena de se tornar o coveiro do presente, seria necessário conhecer a medida exacta da força plástica de um homem, de uma nação, de uma civilização, quer dizer, a faculdade de crescer por si mesmo, de

⁸ Nietzsche, [s\d], p. 128.

⁹ *Ibidem*, p. 129.

transformar e de assimilar o passado e o heterogêneo, de cicatrizar as suas feridas, de reparar as suas perdas, de reconstruir as formas destruídas.¹⁰

A estes três modos de História, Nietzsche contrapõe os contra-venenos do historicismo, a saber o não-historicismo e o super-historicismo. A primeira categoria estaria confinada “à arte de poder esquecer e de encerrar-se num horizonte limitado”, enquanto que a segunda diria respeito “às forças que afastam o olhar do devir e o orientam para aquilo que lhe confere um caráter de eternidade e de significação igual da arte e da religião”¹¹.

A predisposição de Fernando Pessoa em não querer lidar com o passado automaticamente elimina a possibilidade de inclusão em qualquer dos três tipos de História definidos por Nietzsche. Contudo, o caráter metafísico e quase religioso com que encara a arte faz com que sua atitude possa ser caracterizada como super-historicista. Olhar o devir orientando-se pela arte do sonho, da imaginação e da fantasia. Abstraindo o sentido de realidade que a história confere às sociedades, Pessoa parece conquistar a liberdade do mito e restituí-lo à positividade de sua representação.

Nesse sentido, ao desconsiderar o Brasil, Fernando Pessoa está, na verdade, negando a própria História. No mapa que ele criou para configurar sua geografia literária, o Brasil não está presente como dado sociológico, porque nada é sociológico, porque no ponto de origem que determinou para sua concepção, o Brasil não figura como país, é apenas mais uma nau construída “daquilo de que os sonhos são feitos”. Por isso sua recusa em considerar realisticamente as relações e intercâmbios entre os dois países. Num Império alargado, eles serão um só, uma só língua, um só corpo, um único texto cuja característica principal será a da idealidade.

¹⁰ *Ibidem*, p. 108.

¹¹ *Ibidem*, p. 201.

A prática pessoana em fazer da sua vida um texto e vice-versa remete à esperança, ainda que inútil, de vencer a alienação e a sensação de incompletude, pela transfiguração estética de si mesmo e da realidade. Além disso, pode também significar a primazia da ficção sobre a realidade, como uma forma de alijar a história para inventar seu mundo possível.

Retomo Nietzsche:

Trata-se de saber esquecer a tempo, como de saber recordar a tempo; é imprescindível que um instinto vigoroso nos advirta sobre quando é necessário ver as coisas historicamente e quando é necessário não as ver historicamente. É este o princípio sobre o qual o leitor deve reflectir: o elemento histórico e a sua negação são igualmente necessários à saúde de um indivíduo, de uma nação e de uma civilização.¹²

Esquecer o passado pode ser uma forma de liberdade, que oferece um novo olhar para o imaginário lusíada, reinventando a identidade histórica e literária de Portugal. O futuro a que almeja Pessoa, a bem dizer, não está diretamente vinculado ao passado e ao presente, mas a este se refere, principalmente pelo que nega. Esse espaço sem tempo e sem história é o espaço do presente e do futuro. Do presente, porque este é, para Pessoa, o único território do poeta. Por isso, a autonomia que procura exercer em relação à história e aos dogmas da civilização. E do futuro, porque se constitui na aventura, que se concede à palavra, de formular um mundo possível.

¹² *Ibidem*, p.109.